

Ocupações em Santa Maria: uma roda de conversa sobre mídia com os ocupantes secundaristas¹

Bruna Bergamo PAIM²

Sabrina CÁCERES³

Liliane Dutra BRIGNOL⁴

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

Resumo

O artigo apresenta a oficina “Representatividade e monopólio midiático”, pensada para ser aplicada de estudante para estudante, nas ocupações das escolas públicas em Santa Maria no ano de 2016. O intuito do trabalho foi gerar um debate que propiciasse aos estudantes presentes nas ocupações uma tomada de consciência a respeito da forma como a mídia local, regional e nacional vem representando o movimento secundarista. Abordamos os temas de forma horizontal, objetivando a ideia de que não tínhamos a intenção de ensinar teorias e fundamentos, apenas realizar uma troca de conhecimentos. Nas escolas onde aplicamos a oficina, formamos uma roda de conversa, na qual os estudantes ficaram à vontade para comentar, questionar e dividir experiências com o grupo. Fomos colaboradoras e sabemos que o importante era a troca de experiências, e o resultado foram aprendizados múltiplos para ambos os lados.

Palavras-chave: educomunicação; mídia; estudantes secundaristas; ocupações.

Introdução

Estudar os meios de comunicação faz com que percebamos inúmeras problemáticas a respeito da forma como os conteúdos são tratados e de como as pessoas são representadas na mídia. Quando pensamos nas relações de poder enraizadas na sociedade, levamos em conta a avaliação do dominante como aquele que impõe deveres aos dominados que, em um recorte de classe, podem ser ditos como minoria social (SODRÉ, 2005). Neste último caso, os estudantes secundaristas no exercício da busca pela efetivação dos seus direitos podem ser plenamente enquadrados já que “[...] minoria é uma recusa de consentimento, é uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra hegemônica no círculo fechado das determinações societárias. É no capítulo da reinvenção das formas democráticas que se deve inscrever o conceito de minoria.” (SODRÉ, 2005, p.2).

¹Trabalho apresentado no II 7– Comunicação, Espaço e Cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

²Aluna de graduação do 7º semestre do curso de Comunicação Social – Jornalismo na universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: brunabergamo@hotmail.com

³Aluna de graduação do 7º semestre do curso de Comunicação Social – Jornalismo na universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: sabrinarcaceres@gmail.com

⁴Orientadora do trabalho. Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM. E-mail: lilianebrignol@gmail.com

A proposta do projeto “Roda de Conversa: Representatividade e monopólio midiático⁵” foi de levar uma importante discussão aos estudantes secundaristas que estavam ocupando as escolas públicas em Santa Maria. Eles ocuparam por volta de um mês, entre maio e julho de 2016, e reivindicavam melhores condições de estudo, o pagamento do salário dos professores, entre outras questões que explicaremos mais tarde. A importante discussão que propomos levar era a respeito de como o padrão negativo de representação de minorias é difundido na mídia e acaba sendo absorvido, inconscientemente, por pessoas que não têm uma visão crítica ou sensível ao conteúdo apresentado.

Enquanto acadêmicas de Comunicação, nos vemos no dever de propor esse tipo de debate e possibilitar que os estudantes tenham a opção de contestar o conteúdo que a mídia apresenta sobre o movimento secundarista, destacando a importância de não apenas consumir e/ou contribuir para a construção desse conteúdo. Consideramos necessário ter a preocupação social de agir e questionar tudo aquilo que é veiculado, visto que “a mídia e sua cobertura tornam-se elementos estratégicos nessa configuração; ela contribui para a direção do movimento, pois o movimento social precisa de visibilidade.” (GOHN, 2011, p. 339). Apresentada essa situação, não poderíamos deixar de somar com os estudantes secundaristas no que estivesse ao nosso alcance.

Esse projeto foi pensado para a disciplina de Comunicação e Cidadania, que tem por objetivo conhecer as diferentes concepções de cidadania e suas práticas, discutir a relação entre mídia, movimentos sociais, educação e o exercício da cidadania, analisar os tipos de cidadania comunicativa e as diferentes formas de representá-la e de exercitá-la, planejar, executar e avaliar projeto ou ação na área da comunicação cidadã e com isso ampliar o conhecimento e possibilitar a experiência em desenvolvimento de projetos de comunicação para cidadania. Com isso, decidimos com orientação da Prof. Dr. Liliane Dutra Brignol e das mestrandas Carolina Bonoto e Nathália Drey Costa, aplicar o nosso projeto para a nas ocupações das escolas estaduais de Santa Maria. Pensamos que, no momento, era o que mais cabia dentro dos conceitos de educação, comunicação e cidadania, pois compreendemos que “os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes,

⁵ Trabalho realizado pelas alunas Bruna Bergamo, Claudine Friedrich, Mariana Flores, Sabrina Cáceres e Tainara Liesenfeld durante a disciplina de Comunicação e Cidadania no primeiro semestre de 2016.

constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social” (GOHN, 2011, p. 336).

O nosso objetivo central foi promover uma oficina sobre a mídia no Brasil de uma maneira horizontal com os estudantes secundaristas que estavam ocupando as escolas, de modo que gerássemos debates, questionamentos e reflexão sobre o papel e o poder da mídia na formação de opinião e na consciência das pessoas sobre as ocupações e outros temas de cunho social. Assim, realizamos oficinas em formato de rodas de conversa abordando temas como a hegemonia da mídia no Brasil, as concessões públicas, a democratização da mídia, entre outros pontos que consideramos relevante para aquele momento.

Além disso, procuramos entender por quais veículos os estudantes se informavam e por quais meios (celular, tablet, computador, televisão, rádio), o que eles procuravam quando queriam se informar; o que achavam do modo como eram representados na mídia local. Para mais, quisemos promover uma análise conjunta com os estudantes acerca de como as mídias locais e também nacionais falavam das ocupações; expor um panorama do consumo midiático no Brasil; mostrar o monopólio e os oligopólios dos meios de comunicação nacionais; explicar teorias e ideologias que embasassem a produção jornalística em grandes meios de comunicação; levar a discussão sobre a democratização das mídias e mostrar formas alternativas de comunicação; e ainda gerar o debate entre os estudantes presentes, promovendo questionamentos e exercitando/gerando o senso crítico deles.

Fizemos todos esses questionamentos porque, enquanto estudantes de comunicação/jornalismo, temos a consciência da importância da informação para a formação dos indivíduos. A mídia veicula todos os dias milhares de notícias e sabemos que o processo da “práxis jornalística” nem sempre mostra todos os lados. Isso faz com que nem todas as pessoas se sintam representadas por aquilo que é dito e mostrado nos meios de comunicação, seja pela classe social, gênero, raça, etnia, etc.

Por isso consideramos importante o despertar crítico dos jovens que estão diariamente em contato com informações pela internet ou por meios mais tradicionais. Acreditamos que o debate e a troca de ideias auxiliam na formação cidadã, uma vez que, gera uma reflexão sobre nosso papel ativo na sociedade, levando em conta nossos direitos e deveres, o peso que o poder da mídia tem na vida das pessoas e como é necessário questionar as informações que recebemos.

Para este trabalho, nos baseamos nos princípios da educomunicação (SOARES, 2002), com ações de cunho pedagógico e transdisciplinar que capacitem os indivíduos a avaliar criticamente os conteúdos midiáticos. Também nos apropriamos dos conceitos de Gohn (2010, 2011) e de Giddens e Sutton (2016) sobre os movimentos sociais no geral e também sobre o movimento estudantil. Para falar do conceito de minorias sociais faremos uso das palavras de Sodré (2005).

É de veemente importância que o pensamento crítico e analítico seja instigado ao movimento estudantil. Saber como a mídia funciona, entender o motivo pelo qual os movimentos sociais são retratados de uma maneira e não de outra possibilita um pensar mais autônomo que pode inferir diretamente na busca por seus direitos como cidadãos. E para entender como as ocupações são representadas e como os estudantes secundaristas se veem representados pela mídia requer a criação de espaços de fala, então foi isso que fizemos.

Histórico das ocupações pelo movimento secundarista no Rio Grande do Sul

As ocupações estudantis no Rio Grande do Sul começaram por volta da metade de maio de 2016 e, nas semanas subsequentes, várias escolas foram ocupadas na capital e em cidades de interior. O movimento aconteceu, paralelamente, em apoio à greve dos professores estaduais que iniciou no dia 13 de maio de 2016 e foi inspirado completamente nas ocupações ocorridas no Chile (em 2011), em São Paulo, no Rio de Janeiro, entre outros estados brasileiros, no período entre o final de 2015 e o início de 2016. Embora cada ocupação tenha suas próprias demandas, os objetivos principais são os mesmos: maior investimento e melhores condições de ensino e aprendizagem para professores e estudantes.

O movimento grevista dos professores teve início em abril/maio de 2016, entre outros motivos, por conta do parcelamento dos salários, que foi sendo feito pelo atual governador do estado José Ivo Sartori. Outra reivindicação é sobre o Projeto de Lei 44/2016, que autoriza o Poder Executivo a qualificar como organizações sociais “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à gestão, proteção e preservação do meio ambiente, à ação social, ao esporte, à saúde e à cultura”. O questionamento se dá em torno da brecha que este projeto, caso aprovado,

daria para a privatização de serviços públicos e a terceirização dos mesmos, o que prejudicaria gradualmente a educação pública.

Segundo Carvalho (2005, p.223), “a ausência de ampla organização autônoma da sociedade faz com que os interesses corporativos consigam prevalecer”. A iniciativa das ocupações deu-se, então, pela necessidade de uma resistência social aos projetos implementados pelo poder público, tanto a nível nacional quanto estadual, quando se percebeu que a educação pública e gratuita vinha sendo ameaçada por interesses externos. Assim como destaca Gohn (2011):

atualmente, alguns administradores públicos ainda tendem a conduzir as políticas sociais para o campo da filantropia e da caridade, esvaziando o sentido do público, do caráter de política pública. Há um esvaziamento da responsabilidade pública, um apelo à moral conservadora, tradicional, remetendo as ações ao campo das políticas sociais compensatórias, do burocratismo e até mesmo do velho clientelismo. (GOHN, 2011, p.355):

O corte de investimentos na educação acaba por prejudicar fortemente o rendimento escolar uma vez que, além da infraestrutura precária, nem mesmo as necessidades básicas são supridas. Com relação à verba da merenda escolar, por exemplo, o valor estipulado pelo governo federal para as refeições é de R\$ 0,30 centavos por aluno, porém os municípios alegam que o governo estadual está com os repasses atrasados, o que gera uma precarização ainda maior, onde o valor para as refeições caia para R\$ 0,05 centavos por aluno ou até menos.

Diante disso, o movimento das ocupações no Rio Grande do Sul resistiu às críticas de grande parte da sociedade, inclusive de pais de alunos e até mesmo de colegas estudantes. E para isso eles usaram de duas ferramentas bastante acessíveis a eles naquele momento: o celular e as redes sociais online. Com isso, os secundaristas criaram páginas no Facebook para cada escola ocupada e, com o passar dos dias e das atividades, iam documentando tudo, via textos, fotos e vídeos. Descreviam seu dia a dia na ocupação, as oficinas e rodas de conversa, pediam doação de comida, mostravam as revitalizações dentro da sua escola e desse modo iam ganhando confiança e respeito por parte das pessoas externas ao movimento.

As ocupações foram finalizadas, em sua maioria, no mês de junho de 2016 depois de várias conversas e negociações com o governo do Estado. Ao todo foram

mais de 180 escolas ocupadas no Rio Grande do Sul e oito em Santa Maria (ROSÁRIO, SILVA e SILVA, 2016) e isso deu lugar para novas discussões, todas referentes a uma questão muito importante: “de quem é a escola?”. Esse questionamento foi levantado muitas vezes porque os estudantes diziam que a escola pertencia a eles, que ali ficava a segunda casa deles, que se eles não lutassem por ela, ninguém lutaria.

Essa tomada de consciência por parte dos estudantes surpreendeu muita gente, mas fez a população refletir e debater sobre a importância da escola e da necessidade dela ter boas condições para receber os jovens. Sobre isso Gohn (2010) diz que

as escolas passaram a desempenhar o papel de centros comunitários, pois a falta de verbas e a busca de solução para novos problemas como a segurança, a violência entre os jovens e o universo das drogas, levaram-na à busca de parceiros no bairro ou na região, com outros organismos e associações organizadas. (GOHN, 2010, p.69)

Educomunicação, movimento social e ocupação

Tendo o educador Paulo Freire como um de seus precursores, o conceito da educomunicação (SOARES, 2006) prevê o direito de acesso à comunicação, e se preocupa com a prática daqueles que recebem as informações. Como sabemos que a comunicação é intrínseca a construção do saber, e as intencionalidades a comunicação, então a educomunicação surge com um papel muito importante: o de questionar e de ter a preocupação com a maneira como a comunicação é estabelecida no meio escolar. As afirmações, quando não questionadas, servem para reforçar estereótipos e o senso comum sobre determinados assuntos, logo a educomunicação vem na contramão disso.

Adquirimos a consciência de que os produtos veiculados na mídia têm intencionalidades e, portanto, não são imparciais. As afirmações, quando não questionadas, servem para reforçar estereótipos e o senso comum sobre determinados assuntos. A educomunicação (SOARES, 2006) vem então com o objetivo de ir além e submeter aquele que recebe as informações a uma série de questionamentos como: quem disse isso? De onde esse “quem” está falando? Essa pessoa fala em nome de um grupo? Quais interesses ela representa? Isso que foi dito é endereçado a que público?

“O que sentem e pensam as pessoas de si mesmas, dos outros e do mundo que as rodeia, não importando idade, sexo, credo ou condição social” (SOARES, 2006, p.1) são os conteúdos abordados na educomunicação. As ações deste cunho se configuram,

portanto, como lugares de encontro e socialização de ideias e não têm como objetivo estabelecer respostas definitivas aos problemas de ordem social, mas sim, desenvolver a capacidade crítica e aguçar as contradições, oferecendo novas alternativas e um saber mais horizontal. A partir disso escolhemos uma roda de conversa para ser o nosso método, pois assim estabelecemos uma troca de conhecimentos sem hierarquia e refletimos o “resultado” desta experiência com base no processo de conversar com os estudantes das ocupações, ainda mais por se tratar de um movimento social do qual não fazemos parte.

Soares (2006) traduz muito bem um dos objetivos que tivemos neste trabalho, que era o de propor que os estudantes pensassem criticamente, neste trecho onde o autor abre para a população no geral:

não se trata de fazer desse mais um espaço em que o senso comum predomine, como tem acontecido com tanta frequência, tanto nos meios acadêmicos como nos meios de comunicação social. [...] Pré-conceitos e pré-julgamentos são ações, além de irresponsáveis, extremamente autoritárias e, portanto, merecedoras de toda a nossa atenção. (SOARES, 2006, p.6)

Os movimentos sociais, em si, se referem a esforços coletivos em favor de um ou mais interesses em comum, muitas vezes demonstrada por ações que são extrínsecas às instituições (GIDDENS e SUTTON, 2016). Mas não se reduz apenas a isso, “os movimentos sociais são tentativas coletivas de modificar a sociedade” (GIDDENS e SUTTON, 2016, p.325) e por isso demandam energia, conhecimento e comunicação, entre outras questões, para poder se articular e concretizar os seus objetivos enquanto movimento.

Um movimento não começa do nada, existem causas e acontecimentos que acabam por motivar um grupo a se unir e manifestar sua indignação. Segundo Castells (2013) “os movimentos sociais muitas vezes são desencadeados por emoções derivadas de algum evento significativo que ajuda a superar o medo e desafiar os poderes constituídos apesar do perigo inerente a suas ações” (CASTELLS, 2013, p.157-158). Além disso, a esperança que os manifestantes têm na mudança social causada pelo protesto é também um motivo para seguir lutando.

Outra questão, muito importante, que impulsiona os movimentos sociais na busca pelos seus ideais, é o exemplo que se tem de outros movimentos, sejam eles

nacionais ou internacionais. Isso se dá através dos meios de comunicação há muito tempo, porém, atualmente, isso se intensifica em virtude das redes sociais digitais, onde, inclusive, se pode alcançar os membros ou materiais de movimentos passados. E isso aconteceu com as ocupações das escolas de Santa Maria que, como dissemos anteriormente, se basearam (principalmente) nas ocupações do Chile e de São Paulo. Castells (2013) diz que

os movimentos são simultaneamente locais e globais. Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar às redes da internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de fato, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolver em sua própria mobilização. (CASTELLS, 2013, p.161)

Além disso, como afirma Gohn (2011), um dos pontos mais importantes dos movimentos sociais é que eles geram saberes, uma educação não formal que é de extrema importância para os protagonistas da causa em si. Principalmente nas ocupações escolares/universitárias, onde são feitas diversas atividades que agregam conhecimento, como oficinas, rodas de conversa, debates, etc. Mas não gera saberes somente para quem está dentro do movimento, pois todos os envolvidos também internalizam aprendizados,

há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos. (GOHN, 2011, p.333).

Ao longo da história do nosso país, a presença dos movimentos sociais é bastante recorrente, mas não é constante, pois os movimentos adormecem e acordam em outros momentos – quando é necessário – e também se acabam, enquanto outros nascem. O importante, como destaca Gohn (2010), “é esse campo de força sociopolítico e o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas” (GOHN, 2010, p.41).

Quando se trata de educação, essa vontade de mudança se mostra muito forte e faz com que toda a população discuta sobre isso, fale o que está errado e o que precisa mudar. Além disso, Gohn lembra que os movimentos pela educação englobam temas que vão além da escola como gênero, religião, etnia, direitos humanos, etc. E ainda

contribui na formação para fora do âmbito escolar, “a participação na escola gera aprendizado político para a participação na sociedade em geral.” (GOHN, 2011, p.347).

Quando se trata de ocupações o caráter da manifestação se diferencia um pouco. O motivo de realizar uma ocupação pode variar de acordo com o movimento, mas generalizando é uma forma de resistir e mostrar a importância que aquele lugar ocupado em questão tem para as pessoas, além de chamar mais a atenção do que manifestações de rua, por exemplo. Assim como nas ocupações secundaristas, onde ocupar a escola mostrava que aquele lugar era importante para eles, que precisava de cuidados e de atenção da comunidade e do governo. Como eles mesmos disseram durante os encontros que fizemos “aqui é a nossa segunda casa”.

Metodologia e descrição do processo

Logo após o início do movimento secundarista nas escolas em Santa Maria, surgiu a ideia de realizarmos oficinas sobre representação midiática no âmbito das ocupações. Para dar início à realização do trabalho, entramos em contato via Facebook com cinco escolas, a fim de saber se os estudantes apresentavam interesse em receber a oficina durante o período da ocupação. Recebemos respostas positivas de três delas e, então, fomos até lá para uma conversa inicial com os estudantes onde apresentamos a nossa ideia. Então, agendamos as datas para realização dos encontros e, assim, começamos a elaboração dos conteúdos para a roda de conversa.

Embora desejássemos realizar um debate horizontal, sem nos apresentarmos como palestrantes ou algo do gênero, consideramos importante levar uma apresentação em slides para nos guiarmos e também frisar melhor alguns aspectos, com a utilização de tabelas, fotografias, imagens de sites, etc. Pensamos que levar um documento visual prenderia mais a atenção dos estudantes na oficina e tornaria o espaço mais agradável e dinâmico. Também decidimos dividir os assuntos que cada uma ficaria responsável por estudar mais a fundo e explicar na oficina, porém, sem excluir a possibilidade de complementação das demais colegas em todos os conteúdos abordados. Decidimos realizar a oficina no formato de roda de conversa porque acreditamos ser a melhor forma de atender aos critérios de educomunicação e de deixar os estudantes mais à vontade para comentarem e debaterem os assuntos conosco.

No dia 13 de junho de 2016, realizamos a primeira roda de conversa do nosso projeto na ocupação da Escola Estadual de Educação Básica Professora Margarida

Lopes (Rua Gonçalves Ledo, 565, Bairro Camobi, Santa Maria – RS). A escola foi ocupada nos dias 25/26 de maio de 2016 e foi desocupada no dia 05 de julho de 2016. O encontro começou às 9 h e foi até as 11 h, e estavam presentes dez estudantes dos três anos do Ensino Médio.



Figura 1: Oficina na E. E. de E. B. Professora Margarida Lopes

A segunda escola onde realizamos a roda de conversa foi a Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa (Rua Appel, 805 – Bairro Centro, Santa Maria – RS), ocupada do dia 19 de maio e desocupada no dia 26 de junho de 2016. Nessa escola, chegamos às 17h30 e permanecemos até cerca de 20h30. Tivemos em torno de seis estudantes participando; não foi um número fixo porque nem todos ficaram durante toda a oficina, por ser um horário onde alguns iam embora para passar a noite em casa e outros chegavam para posar.



Figura 2: Oficina na Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa

A terceira escola que havíamos marcado de realizar o trabalho era a Escola Estadual de Educação Olavo Bilac. Entretanto, acabamos não conseguindo executar a oficina por problemas internos na escola. Marcamos e remarcamos o encontro duas vezes (16/06 e 23/06), mas os estudantes acabaram tendo contratempos nas duas datas e, com isso, não conseguimos mais horários para realização.

Assim, descreveremos o processo nas duas escolas onde a oficina se sucedeu. Começamos nos apresentando e, após isso, fizemos algumas perguntas com o objetivo de entender o que os estudantes sabiam sobre a mídia no geral, suas opiniões sobre o jornalismo local, que tipo de informação consumiam e os veículos por onde se informavam, se eles se sentem representados na mídia, entre outras. As respostas não fugiram do que esperávamos: os secundaristas se informam predominantemente pelo Facebook, pelas matérias compartilhadas na rede, pela televisão e alguns poucos pela rádio. A respeito da representação deles enquanto manifestantes, eles disseram não se sentir satisfeitos com o que foi veiculado sobre as ocupações em Santa Maria, por haver certa distorção dos fatos. Entretanto, mesmo enxergando esses problemas, não tinham muita noção dos fatores que podem interferir na forma como a mídia constrói as notícias e os representa.

Pudemos perceber diferenças entre as respostas das duas escolas: no Margarida Lopes, os estudantes – mesmo que questionassem certos estereótipos em âmbito midiático – não sabiam muito sobre mídia no geral, e disseram não ter enfrentados problemas nas notícias locais sobre a ocupação da escola; já no Cilon Rosa, os secundaristas se mostraram mais inseridos no assunto e nos deram relatos sobre as representações que receberam nos jornais locais, as distorções de informações e algumas exigências feitas pela mídia, as quais eles não estavam de acordo.

Após essa abordagem inicial, começamos a tratar dos assuntos que havíamos programado para trabalhar. Nos guiamos pelo slide e cada uma de nós ficou responsável por apresentar um ou alguns dos temas enquanto as demais complementavam a fala, dando exemplos práticos relacionados à nossa vida acadêmica e/ou pessoal. As oficinas se deram com comentários dos alunos entre as nossas falas, contando experiências e fazendo perguntas, o que consideramos muito positivo.

Primeiro abordamos as concessões públicas, falamos sobre como uma emissora de TV ou rádio consegue adquirir uma concessão para operar seus serviços no espectro

da radiodifusão, levando em consideração a legislação que rege as comunicações no Brasil. Depois, mostramos um panorama da mídia no país, no estado e na cidade de Santa Maria. Os estudantes demonstraram estar por dentro da questão dos oligopólios midiáticos, da hegemonia da Rede Globo e mais algumas poucas emissoras, mas não sabiam que a problemática era tão significativa, principalmente em relação aos “donos da mídia” estarem entre os maiores bilionários do país, sendo alguns deles figuras do âmbito político.

No momento em que falamos das teorias por nós estudadas em sala de aula, eles pareceram entender melhor sobre as influências externas na produção das informações. Explicamos brevemente a Teoria do Espelho, a Espiral do Silêncio, a Teoria do Agendamento, do Enquadramento, os manuais de redação e o mito da imparcialidade. Quando comentamos algumas notícias das ocupações, eles acompanharam a linha de raciocínio acerca de expressões, fotos e vídeos que constituem a narrativa jornalística e revelam traços do posicionamento do veículo.

Em seguida, adentramos um pouco o assunto da democratização da mídia, ressaltando ser uma pauta ainda recente no Brasil. Explicamos sobre o que seria essa democratização e como ela funciona em alguns países que já adotam sistemas de controle social mais rígidos em seus veículos de telecomunicações.

Para finalizar, ainda apresentamos alguns exemplos de meios alternativos de comunicação. Os estudantes, nas duas escolas, disseram não possuir conhecimento a respeito, mas se mostraram animados e curiosos sobre o assunto, principalmente por se tratar de uma mídia que “fugia” daquelas em que eles viam problemas. Levamos exemplos de revistas e coletivos locais, como a Revista O Viés⁶, a Rádio Armazém⁷ e o Trançarua⁸, pela ligação com manifestações, movimentos sociais e ainda pelo caráter colaborativo, e exemplos nacionais, como a Agência Pública⁹, o coletivo Jornalistas Livres¹⁰ e a Mídia Ninja¹¹ que também são bastante ligados a movimentos sociais, protestos e que fazem coberturas sensíveis e com cunho mais social.

Então, na finalização da oficina, perguntamos se os estudantes haviam gostado do espaço, se tinham alguma dúvida, se discordavam de algo que falamos e se consideravam que poderíamos melhorar em algum ponto na aplicação da oficina com

⁶ Link para acesso on-line: <<http://www.revistaovies.com/>>

⁷ Link para acesso on-line: <<http://radioarmazem.net/>>

⁸ Link para acesso on-line: <facebook.com/TrancaRuaSM>

⁹ Link para acesso on-line: <<http://apublica.org/>>

¹⁰ Link para acesso on-line: <<https://jornalistaslivres.org/>>

¹¹ Link para acesso on-line: <facebook.com/MidiaNINJA>

outras escolas. Só tivemos respostas positivas: os estudantes nos agradeceram pela participação e disseram que a oficina foi muito importante para o aprendizado deles, pois é um assunto que nunca teriam acesso em sala de aula e que, provavelmente, não ficariam sabendo se não cursassem Jornalismo ou algum curso de Comunicação Social. Alguns estudantes até comentaram que agora perceberam o quanto já foram manipulados pela mídia anteriormente sem se darem conta e que a oficina os fez compreender como muitas questões funcionam.

Considerações finais

De acordo com Gohn (2011, p.352), “a aprendizagem no interior de um movimento social, durante e depois de uma luta, são múltiplas, tanto para o grupo como para indivíduos isolados”. Foi este o sentimento que tivemos após a aplicação das oficinas: aprendizagens múltiplas. O debate gerado com estudantes do movimento secundarista trouxe benefícios mútuos, pois, ao passo que tivemos muito a adquirir em contato com opiniões e percepções distintas, pudemos também transmitir um pouco da nossa experiência. Além disso, conseguimos conhecer mais sobre o movimento secundarista, saber das necessidades que as escolas públicas enfrentam em Santa Maria e conhecer os estudantes mais de perto.

Nossa vontade inicial era realizar um número maior de oficinas para abranger o maior número possível de estudantes. No final, acabamos conseguindo promover em apenas duas escolas e o número de alunos atingidos foi pequeno, levando em consideração o grande cenário de ocupações na cidade. Porém, consideramos que o trabalho realizado foi de grande proveito, principalmente por chegar em estudantes de classe baixa, em num ambiente educacional precarizado, com poucas oportunidades, que se constituem como uma minoria social.

Acreditamos que a ação tenha sido de grande valia aos estudantes que se mostraram bastante inquietos frente a algumas questões e, na sua totalidade, insatisfeitos com o trabalho realizado pelos veículos de comunicação hegemônicos. Algo que cremos ter sido absorvido nas ocupações, pois durante o processo de participar do movimento social os protagonistas sempre têm ganho de aprendizagem, como bem sintetiza Gohn: “os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo e de aprendizagem para seus protagonistas.” (GOHN, 2010, p.16).

Apesar de já na adolescência manifestarem interesse e estarem engajados no exercício cidadão, os estudantes puderam conhecer um pouco mais sobre o potencial da comunicação para usarem isso a seu favor e a favor do movimento, como vimos muito nitidamente nas páginas de cada escola no Facebook.

Depois de entender melhor os mecanismos de produção e o impacto que a mídia e, principalmente, o Jornalismo tem na construção da sociedade – em sala de aula – tivemos a oportunidade de estar mais perto do público com quem, possivelmente no futuro, dialogaremos. O exercício reforçou o sentimento de empatia pelo próximo e o dever cidadão de cada um de reivindicar seus direitos e buscar melhorias na sociedade.

De nada vale nosso conhecimento se não pudermos aplicá-lo de alguma forma para contribuir na sociedade em que vivemos. Para nós, a Universidade Pública, acima de tudo, precisa dar retorno à sociedade, não somente com a produção científica, mas com ações efetivas nas suas atividades de extensão. Desde o início percebemos a importância e a necessidade de realizar trabalhos em comunidades pouco beneficiadas pelo poder público, as quais, a nosso ver, necessitam de mais atenção da sociedade e, dessa forma, da universidade em específico.

O trabalho com os secundaristas enriqueceu muito nossa graduação, tanto em nossas visões sobre a comunicação, quanto na área de atuação e na visão sobre os secundaristas em si. Foi impressionante a capacidade de articulação e, o senso social e político dos estudantes secundaristas que, hoje em dia, parecem ter uma consciência social muito maior do que tínhamos na época de escola. Essa vivência nos fez acreditar que podemos nos unir e fazer algo em prol do bem de terceiros, colaborando, trocando ideias, fazendo questionamentos e principalmente saindo da bolha na qual estamos inseridas dentro do curso.

Aprendemos muito com as pesquisas que fizemos para aplicar a oficina, pois alguns conteúdos que levamos às escolas foram pouco ou nada abordados durante a graduação e também pudemos aprofundar nossa percepção sobre a necessidade de melhor representar as minorias sociais. Certamente, nos lembraremos desse trabalho no exercício de nossa profissão como jornalistas e nos atentaremos para retratar da melhor maneira possível àqueles que, na maioria das vezes, são esquecidos ou estigmatizados.

Soares (2006) sintetiza muito bem a vivência da educomunicação, a nossa experiência durante o trabalho e a nossa perspectiva a partir das falas dos estudantes que participaram da roda de conversa conosco:

os participantes dos grupos, ao elaborarem e realizarem um novo discurso experimentam, na verdade, uma outra forma de convivência social, pautada, antes de tudo, no profundo respeito a cada um dos seus integrantes. Esses, por sua vez, compreendem que se os pensamentos e as decisões são individuais, os debates e as ações são sempre coletivos. (SOARES, 2006, p.12)

De uma forma geral, esse projeto proporcionou algo até então inédito para nós, as ocupações aconteceram em Santa Maria bem na época em que estávamos construindo o nosso antigo projeto para a disciplina de Comunicação e Cidadania e a oportunidade de fazer parte, nem que seja um pouquinho, da história deles já foi gratificante demais.

Referências:

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. Divulgação científica: movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>> Acesso em: 25 de junho de 2016.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip. Movimentos sociais. In: **Conceitos essenciais da Sociologia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2016, pp. 335-329.

ROSÁRIO, Nísia Martins do, SILVA, Caio Ramos da, SILVA, Danielle Miranda da. Ocupações dos secundaristas do RS: tensões culturais e reconfigurações comunicativas. In: **Intexto**, UFRGS, PPGCOM, n. 37, set/dez. Porto Alegre: 2016. P. 193-214. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/67924>> Acesso em 11 de abril de 2017.

SOARES, Donizete. **Educomunicação, o que é isso?**. Gens: Instituto de Educação e Cultura. 2006. Disponível em: <http://www.portalgens.com.br/baixararquivos/textos/educomunicacao_o_que_e_isto.pdf>. Acesso em 29 de abril de 2016.

SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de minoria**. In: Comunicação e cultura das minorias. Editora PAULUS, 2005.